

PESCA ARTESANAL E PLURIATIVIDADE: o caso
da colônia Z3 em Pelotas, RS

SACCO DOS ANJOS, F.¹

NIEDERLE, P.A.²

SCHUBERT, M.N.³

SCHNEIDER, E.P.⁴

GRISA, C.⁵

CALDAS, N.V.⁶

RESUMO

A Colônia Z 3 se insere no contexto de um amplo ecossistema formado pela Lagoa dos Patos, reunindo em seu entorno aproximadamente 1.200 famílias cuja esmagadora maioria é formada por pescadores artesanais. Os quatro últimos anos coincidem com um período no qual reduziu-se substancialmente a disponibilidade e diversidade de pescado, sobretudo do camarão que tradicionalmente representa uma das mais importantes fontes de ingresso econômico para os pescadores artesanais. Inúmeras são as causas que explicam tal situação, entre as quais figura a pesca predatória das grandes traineiras oriundas de outros estados. Atualmente as famílias garantem sua sobrevivência por meio de outras atividades, relacionadas ou não com a atividade pesqueira, configurando-se, portanto, o exercício da chamada pluriatividade, tal como descrevem recentes estudos (SACCO DOS ANJOS, 2003; SCHNEIDER, 2003). Trata-se aqui de um artigo relativo a

¹ Doutor em Sociologia, Professor do Departamento de Ciências Sociais Agrárias da FAEM/UFPEL. E-mail: flaviosa@ufpel.tche.br.

² Bolsista ITI CNPq junto ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias da FAEM/UFPEL. E-mail: pauloufpel@yahoo.com.br

³ Bolsista PIBIC CNPq junto ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias da FAEM/UFPEL. E-mail: mayconfeab@yahoo.com.br

⁴ Bolsista junto ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias da FAEM/UFPEL. E-mail: cnselbach@bol.com.br

⁵ Bolsista PET junto ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias da FAEM/UFPEL. E-mail: catigrisa@hotmail.com

⁶ Cientista Social, Bolsista ITI CNPq junto ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias da FAEM/UFPEL. E-mail: nvcaldas@ufpel.edu.br.

uma pesquisa financiada pelo CNPq e desenvolvida por equipe de pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais Agrárias da UFPel que aplicaram, entre novembro de 2003 e janeiro de 2004, um questionário estruturado em 70 unidades familiares, classificadas em três grandes grupos: as exclusivamente pesqueiras (29 no total), as pluriativas de base pesqueira (10 no total), que exercem outras atividades vinculadas à pesca e, finalmente, as pluriativas de base não-pesqueira (31 no total), cujas atividades são totalmente desvinculadas da pesca. Entre as inúmeras surpresas, os dados revelam que a renda média anual mais baixa está justamente nas famílias exclusivamente pesqueiras, se comparadas com as famílias pluriativas de base pesqueira e pluriativas de base não-pesqueira. Este cenário reflete as grandes vicissitudes com que se enfrentam os grupos domésticos, minimizado apenas pela percepção do seguro-desemprego, de aposentadorias e/ou pensões que, por razões óbvias, asseguram um ingresso garantido e regular, se comparado com uma atividade cercada de incertezas como é o caso da pesca artesanal.

ABSTRACT

The Z 3 Colony is inserted in the context of an ample ecosystem formed by *Lagoa dos Patos*, which is formed by, approximately, 1.200 families whose majority is constituted of fishermen. The last four years coincide with a period in which the diversity and availability of fish was substantially reduced. Shrimp traditionally represents one of the main sources of economical income to the workmen fishermen. There are many causes for this situation. Among them figures the predatory fishing in many ships that come from other states. Nowadays, the families keep their subsistence by the use of other activities, related to fishing or not, forming, then, the what so called pluriactivity, as show recent studies (SACCO DOS ANJOS, 2003; SCHNEIDER, 2003). This article is about a research aided by CNPq and developed by research teams of *Departamento de Ciências Sociais Agrárias* (Agrarian Social Sciences Department) at UFPel, that applied a questionnaire structured in 70 family units, between November 2003 and January 2004. The families were classified in three big groups: the exclusively fishing ones (29 overall), pluriactives of fishing base (10 in total), that are do other activities related to fishing and, finally, the pluriactives of non-fishing base (31 overall), which activities are totally unrelated to fishing. Among the innumerable surprises, the data revealed that the lower average annual income is of those exclusively fishing families, when compared to the pluriactive of fishing base and the pluriactive of non-fishing base. This scenery reflects the great vicissitude that the domestic groups have to deal with and that are minimized only the unemployment insurance aid of the government, retirements or pensions that, for obvious

reasons, assert regular and safe access, when compared to workmen fishing, which is surrounded by uncertainties.

1. INTRODUÇÃO

O tema da pluriatividade foi recentemente incorporado à agenda de pesquisa social no Brasil, sendo os trabalhos correlacionados, sobretudo, com a agricultura familiar e as dinâmicas de desenvolvimento rural do Brasil meridional (SACCO DOS ANJOS 2002; SCHNEIDER, 2003 GRAZIANO DA SILVA 1999, GRAZIANO DA SILVA *et al*, 1997). As transformações identificadas e o surgimento do que vem se denominando “novo rural” trouxeram à tona acalorados debates em torno de conceitos e desdobramentos do ponto de vista político e institucional. Os dissensos e consensos fizeram com que o tema fosse rapidamente ampliado em termos das questões enfocadas, tornando-se objeto de estudo de pesquisadores vinculados às mais diversas áreas (geografia, economia, sociologia, etc.).

Com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) houve o reconhecimento de que outras categorias sociais poderiam ser também incluídas nesta condição, como é precisamente o caso dos pescadores artesanais e dos quilombolas. Ainda que não explicitamente, houve uma certa convergência no sentido de que existe uma dinâmica familiar subjacente aos processos produtivos que levam a cabo estes atores sociais nos mais distintos rincões da geografia nacional. Fruto desse mesmo processo, certos fenômenos que até então se admitia como de exclusiva incidência no meio rural, passam a ser analisados em outras situações e contexto. Precisamente é esse o caso de estudos que tratam de identificar a incidência da pluriatividade em comunidades pesqueiras do Brasil (SOUZA, 2004). O pequeno número de trabalhos, centrados fundamentalmente em estudos de caso, associa-se à complexidade dos aspectos envolvidos em termos das manifestações que assume e das causas que o engendram.

No decorrer deste artigo evidencia-se o quão relevante é o estudo das estratégias de reprodução social dos pescadores artesanais, com ênfase no recurso a pluriatividade. É esse o objetivo central que persegue este artigo. A secção subsequente é dedicada à discussão da pluriatividade enquanto categoria de análise, ao passo que a secção 3 discute a metodologia adotada. A secção 4 descreve o universo empírico da investigação, enquanto a quinta secção trata da pluriatividade praticada pelos pescadores artesanais da Colônia Z3, em Pelotas, RS, analisando as manifestações que este fenômeno assume. A sexta e última secção reúnem as conclusões fundamentais desta pesquisa.

Os resultados que aqui apresentaremos indicam a natureza multifacetada deste fenômeno e a diversidade de aspectos envolvidos, revelando também as profundas alterações que sofrem os grupos domésticos para assegurar condições sociais mínimas de existência, sejam elas direta, indiretamente, ou totalmente desvinculadas da atividade pesqueira. Neste sentido, o presente artigo busca contribuir à compreensão da realidade rural brasileira, sobretudo, em relação às comunidades de pescadores artesanais, reforçando a necessidade de ampliar o exame destas questões com vistas a aperfeiçoar o processo de atuação estatal neste importante setor da economia nacional.

2. A PLURIATIVIDADE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Os marcos teóricos sob os quais se assenta o debate em torno às estratégias de reprodução social dos pescadores artesanais, no nosso entendimento, não se diferenciam do paradigma construído ao longo dos anos em torno ao destino dos camponeses e agricultores familiares e de outras formas sociais de produção não-capitalistas. A grande questão que se impôs diz respeito ao inexorável processo de diferenciação social dos agricultores, levados impreterivelmente à proletarianização. No extremo oposto, entretanto, há as inúmeras vertentes "campesinistas" que advogam a tenacidade de formas familiares de produção, as quais, malgrado o peso das transformações são capazes de persistir sob a égide do modo capitalista⁷ (ABRAMOVAY, 1992).

Considerando a atividade pesqueira como uma forma de “produção mercantil ampliada”, DIEGUES (1998) considera que a

[...] longa permanência histórica desse modo de produção se deve ao seu sistema de produção e reprodução ecológica e social. São sociedades mais homogêneas e igualitárias que as capitalistas, com pequena capacidade de acumulação de capital, o que dificulta a emergência de classes sociais. [...] nem sempre maior articulação com o modo de produção capitalista tem levado a destruição da pequena produção mercantil. Ao contrário, como sucede freqüentemente no caso da pesca artesanal o modo de produção capitalista se apropria da produção artesanal, sem necessariamente desorganizar esse modo de produção e reprodução social. (DIEGUES, 1998)

Em outras palavras, poder-se-ia considerar que, mesmo sob intenso processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas na agricultura e na pesca, com alto efeito desagregador sob qualquer outra forma, coexistirão unidades capitalistas típicas (como no caso, das traineiras⁸) e explorações de caráter familiar, ainda que atuem subordinadas àquelas.

⁷ Em relação ao processo de proletarianização dos pescadores artesanais e suas conseqüências na estruturação da família, das relações homem/mulher e, na própria organização das comunidades, ver texto e WOORTMANN, 1992 .

⁸ Embarcações de pesca industrial, com grande capacidade de captura.

De modo recorrente emergem estudos que buscam identificar a funcionalidade destes modos de produção *não essencialmente capitalistas* dentro de uma estrutura de mercados dominada pela lógica do capital. No Brasil, são poucos e recentes os trabalhos do gênero relacionados à pesca, compreendendo, sobretudo, estudos de caso, que, em sua maioria, identificam processos localizados e em setores bastante específicos em que as transformações são claramente perceptíveis.

Em 1992, ao analisar comunidades pesqueiras do nordeste, Woortmann já apontava para o exercício de múltiplas atividades, sobretudo relacionadas ao avanço do turismo na região:

Além de uma safra de peixes, existe agora também uma “safra” de turistas, e estes contribuíram, como se viu, para modificar a condição social da mulher, além de terem alterado o ciclo anual de atividades da comunidade como um todo. (WOORTMANN, 1992)

Considerações semelhantes são feitas em análises que abordam as condições gerais da pesca no reservatório de Itaipu:

[...] um número bem significativo (45% em ambas as colônias) dos pescadores participantes da pesquisa possui outra atividade profissional, além da pesca, apesar de a terem como a principal atividade. Isso se deve aos períodos críticos (inverno, escassez de peixes e épocas de proibição da pesca pelo IBAMA e pela própria Itaipu), conforme relato dos próprios pescadores. Dedicam-se também aos serviços na agricultura, pedreiro, mecânico, técnico eletricitista, autônomo, guarda-noturno, eletricitista e operador de máquinas. Tais atividades garantem-lhes um acréscimo de renda mensal de até 2 salários mínimos. (MARTIN, et al, 1999)

Nos trabalhos de SOUZA, (2001; 2004) aparece identificada, ainda que de forma superficial, a incidência da pluriatividade na região do estuário da lagoa dos patos, da qual faz parte a Colônia Z3.

Antes de passar à análise dos resultados desta pesquisa, é primordial a compreensão das categorias com as quais trabalhamos e uma breve referência às premissas de que partimos. Nesse sentido, na recente incorporação da pluriatividade às agendas de pesquisa social no Brasil introduz-se um redimensionamento dos marcos referenciais com os quais se desenvolvem as políticas públicas, a pesquisa e a extensão. A conformação do que vem sendo chamado de “novo mundo rural” brasileiro coincide com um rápido processo de transformações sócio-econômicas, sobretudo vinculadas ao mundo do trabalho, no qual emergem novas dinâmicas na ocupação da população ativa e inativa no meio rural brasileiro.

Nesse contexto, o mérito indiscutível do "Projeto Rurbano"⁹ foi o de introduzir o tema da pluriatividade enquanto objeto de reflexão científica, desvelando a natureza e extensão destas "novas dinâmicas" que em que pese as diferenças regionais, ocorrem em praticamente todo território nacional. Apesar de questionável, existe um certo reconhecimento de que tal fenômeno remonta a tempos pretéritos, haja vista o fato de que é justamente a modernização da agricultura que acarretou um quadro no qual os espaços abertos e ainda não urbanizados foram convertidos em substrato fundamental da produção intensiva, eliminando o caráter multiocupacional de camponeses ao convertê-los ao status de agricultor profissional e essencialmente especializado em algum tipo de atividade ou linha de produção (fumicultor, suinocultor, avicultor, etc.).

O fato de aceitar estes supostos não significa concordar com as generalizações feitas recentemente em relação à pluriatividade. O conceito desenvolve-se em torno à noção de agricultura familiar, que, em última instância, deve ser tomada como categoria analítica central. São, portanto, inadequadas alusões à dinâmica de outros agentes econômicos, sendo igualmente equivocada a atitude de considerar toda e qualquer atividade realizada por diferentes pessoas, independente de sua origem rural ou urbana, como indicadora de pluriatividade, pelo simples fato de residirem no meio rural. Neste sentido, é mister separar atividades desenvolvidas por famílias urbanas sem nenhum vínculo com a produção agrícola, que se ocupam do espaço rural para desenvolver atividades de lazer ou mesmo econômicas (turismo rural, hotéis fazenda, etc), daquelas atividades desenvolvidas por famílias rurais como instrumento para assegurar sua reprodução social. Nestes termos,

A pluriatividade, portanto, deve ser entendida como fenômeno que ultrapassa a versão estrita que unicamente lhe associa com a industrialização regional, reconhecendo o status destas distintas formas associadas ao turismo, à indústria doméstica rural, ou mesmo à prestação de serviços, sempre e quando o foco de análise esteja dirigido à forma familiar de produção e às estratégias que os grupos domésticos adotam para garantir a reprodução material de seus membros. (SACCO DOS ANJOS, 2001, p.65; grifos nossos)

Até aqui todas as alusões tiveram como foco de análise a dinâmica agricultura familiar. Não poderia ser diferente. As aproximações feitas recorrentemente elegem como fulcro esta forma social de produção. Entretanto, face os objetivos deste estudo, cumpre-nos situar a questão do ponto de vista da pesca artesanal. Para efeitos estritamente operativos, optamos por estabelecer duas premissas básicas, a saber:

⁹ O Projeto Rurbano, coordenado por José Graziano da Silva do Núcleo de Economia Agrícola da UNICAMP, reúne pesquisadores de instituições públicas e universidades de dez unidades federativas brasileiras, por intermédio de financiamento do CNPq, FAPESP, PRONEX.

Primeira Premissa

O fato de a pluriatividade constituir-se enquanto fenômeno associado à dinâmica da agricultura familiar, não nos parece inviabilizar a incorporação da pesca artesanal nos termos em que opera este mesmo debate. No exame da realidade concreta deparamo-nos com um cenário no qual é a família o elemento central que unifica e orienta os processos produtivos e os mecanismos de reprodução social. Neste sentido, em ambos os casos,

[...] a escolha da unidade familiar (e não da unidade de "produção" familiar) como unidade de análise permite identificar as relações de força entre os agentes sociais situados diferentemente na esfera do parentesco ou da produção. Em um contexto de mudança, será possível, por exemplo, através de uma análise qualitativa, identificar a influência dos valores familiares sobre o comportamento dos indivíduos em suas práticas econômicas fora da família, como é o caso das práticas pluriativas. (CARNEIRO, 2000, p.131)

Destacamos que adotar este entendimento encerra uma opção metodológica fundamental, sem a qual não há possibilidades de avançar no exame da realidade concreta, ainda que algumas ponderações sejam absolutamente pertinentes. Nesse sentido, diferentemente do que ocorre com a agricultura familiar, o processo de produção (captura) levado a cabo pelos pescadores artesanais se faz, na maioria dos casos, sem o envolvimento pleno da unidade familiar. A atividade pesqueira, como é sabido, revela um universo social e simbólico fortemente masculinizado, ainda que algumas atividades complementares ou consideradas "secundárias" sejam transferidas a esposas e filhas.

Neste sentido, é possível identificar três diferentes formas ou arranjos organizativos. O primeiro deles identifica-se plenamente com a unidade familiar, onde os membros da família que compõem o grupo doméstico desempenham algumas atividades. O segundo deles compreende os sistemas de parceria e sociedade, nos quais a *parelha* é definida principalmente por laços de amizade e parentesco de segundo grau. Finalmente, temos as unidades formadas por um patrão (proprietário do barco e insumos) e proeiros¹⁰, onde não se estabelecem propriamente relações com vínculo empregatício, sendo procedida a divisão de acordo com os gastos correspondentes.

¹⁰ *Proeiro* é designado o pescador que não detém os meios de produção (embarcação, redes, motor, etc) e que, nestas condições, acaba por trabalhar em sistema de parceria, sociedade, ou mesmo empregado; para o que também varia sua forma de remuneração: por cotas da mercadoria ou assalariamento. Para FIGUEIRA (2000), "os proeiros podem ser oriundos do grupo doméstico, nuclear ou ampliado, ou ainda trabalhar como empregados da *parelha*, sem que isto lhes dê status de assalariado".

Gasson e Errington (*apud* SACCO DOS ANJOS, 2003) estabelecem a unidade de produção familiar como portadora das seguintes características: a) a gestão é feita pelos proprietários; b) existem laços de parentesco entre os responsáveis pelo empreendimento; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; f) os membros da família vivem na unidade produtiva. No nosso entendimento, guardadas as devidas proporções, é possível abordar o contexto da pesca artesanal sob condições muito semelhantes.

Para Maldonado (1986).

[...] um dos traços que prevalecem entre os pescadores artesanais é a importância da família como unidade de produção e consumo. A organização da força de trabalho familiar entre os pescadores marítimos se caracteriza basicamente pela coexistência de dois tipos de unidade produtiva: a família e a tripulação dos botes. Estas unidades se diferenciam sobretudo com relação ao universo produtivo de cada uma delas e à classificação das tarefas desempenhadas pelos grupos de sexo e idade. (MALDONADO, 1986:19)

No entendimento desta autora, o primado da produção familiar tem sido determinante para a “*estabilidade dos grupos de trabalho*”, estabelecendo direta e fundamentalmente a “*flexibilidade e conveniência nas formas de repartição do produto e da renda*”. (MALDONADO, 1986, p.23)

Segunda Premissa

Torna-se fundamental refletir não apenas sobre os processos produtivos atinentes à pesca artesanal e as inter-relações que guardam com outros fatores inseridos no universo social das comunidades pesqueiras, assim como dos elementos simbólicos subjacentes que pautam a lógica das relações e seus protagonistas. Ainda que reconheçamos sua importância, não nos foi possível, até o presente momento, explorar estas dimensões. Outra questão que nos parece emblemática é situar o contexto das colônias de pescadores no plano da perspectiva territorial.

Ela surge sobretudo em decorrência da forte influência européia no debate sobre os "novos enfoques do desenvolvimento rural", configurando o que se convencionou chamar como "territorialização da Política Agrária Comunitária", na qual é fortemente questionado o processo de intervenção que historicamente se apoiou na conversão dos espaços rurais em mero substrato para uma agricultura intensiva, depauperadora dos recursos naturais e sobretudo cara aos cofres públicos. É o território e não exclusivamente a agricultura que se deve desenvolver, salvaguardando o

patrimônio ecológico, cultural e paisagístico. Neste sentido, para Diegues a noção de território é concebida enquanto

[...] uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar. (DIEGUES, 1998)

Nesse contexto, segundo esta mesma fonte, “*para as sociedades tradicionais de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para os terrestres e sua 'posse é mais fluída'*”, da mesma forma que “*para as sociedades tradicionais camponesas, o território tem dimensões mais definidas*”. Conforme Maldonado (1986), entretanto, para os pescadores, a terra é um objeto passível de apropriação e divisão, ao passo que quanto ao mar isso objetivamente não acontece (MALDONADO, 1986).

O confronto entre pescadores artesanais e agricultores é concebido no entendimento de que

[...] as tentativas de definir e classificar os pescadores do mar de acordo com a sua organização produtiva, referindo-me ao equacionamento até certo ponto prejudicial que se tem feito entre as sociedades agrárias e os grupos pesqueiros. (MALDONADO, 1986).

Segundo esta autora invariavelmente as análises sobre o assunto acabam por caracterizar os pescadores artesanais como “*camponeses com características de base marítimas*” ou ainda “*produtores que se diferenciam dos agricultores porque pescam*”.

3. METODOLOGIA

Estabelecidas algumas premissas de que partimos, podemos avançar na apresentação dos instrumentos de coleta e análise dos dados e das opções metodológicas. Definiu-se como sendo pluriativa toda família onde pelo menos um dos componentes exercesse algum tipo de atividade não-relacionada com a captura de pescado e beneficiamento para consumo doméstico, no período compreendido entre outubro de 2002 e setembro de 2003.

Estabelecemos, para efeitos analíticos, dois grandes grupos de famílias: a) exclusivamente pesqueiros e, b) pluriativos, sendo estes ainda subdivididos em: pluriativos de base pesqueira e pluriativos de base não pesqueira, apresentados no Quadro 1:

Quadro 1. Descrição dos tipos de famílias segundo a condição de atividade.

<p style="text-align: center;">FAMÍLIAS EXCLUSIVAMENTE PESQUEIRAS</p>	<p>Também consideradas monoativas. Configuração onde os membros da família se dedicam exclusivamente ao trabalho na captura, seja na unidade de produção familiar, seja em sistema de parceria ou sociedade, ou ainda, na condição de proeiro.</p>
<p style="text-align: center;">FAMÍLIAS PLURIATIVAS</p>	<p><u>Pluriativas de base pesqueira</u> - compreende situações em que se conjuga o trabalho na captura e o exercício de outras atividades intimamente relacionadas à pesca (salga, filetagem, processamento para venda, feira livre, etc).</p>
	<p><u>Pluriativas de base não-pesqueira</u> - famílias pluriativas típicas, que realizam a combinação de trabalho na captura com atividades estranhas ao setor no âmbito da indústria, comércio e/ou serviços.</p>

Nosso foco de estudo esteve dirigido ao resgate das estratégias de reprodução social dos pescadores artesanais, com base no levantamento da estrutura de funcionamento da cadeia produtiva da pesca, da estrutura de oportunidades laborais, mercado e comercialização, divisão do trabalho, etc. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados inserem-se no contexto de um projeto de pesquisa mais amplo: “*Quando o mar não está pra peixe: estudo das estratégias de reprodução social dos pescadores artesanais*” desenvolvido pelo Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Universidade Federal de Pelotas, sendo financiado pelo CNPq. A ênfase recai no estudo da inserção, natureza e forma com que se manifesta a busca ao recurso da pluriatividade por parte das famílias de pescadores artesanais.

Por critérios de praticidade, conhecimento prévio, localização e redução de custos, definiu-se como universo empírico à área urbana¹¹ da Colônia de Pescadores Z3 - Pelotas, RS, onde se concentra a grande maioria dos pescadores artesanais do município. Pelo método da “amostragem sistemática por comunidade” que permite um baixo erro amostral, aproximado à amostragem aleatória simples, compôs-se uma amostra de 70 famílias de pescadores artesanais.

Consideram-se, neste caso, as unidades de produção conduzidas fundamentalmente pelo uso da força de trabalho da própria família ou do grupo doméstico, estruturado em torno de laços sanguíneos e de parentesco. Compuseram a amostra somente famílias em que pelo menos um

¹¹ Assim considerada pelo IBGE na realização dos censos demográficos.

membro houvesse trabalhado na captura e/ou recebido seguro-desemprego como pescador artesanal. Foram incluídos na amostragem os *proeiros*, em virtude de se comportarem, ora como pescadores artesanais e familiares, ora como assalariados da pesca.

Foram aplicados questionários estruturados, cujos dados compuseram um banco de dados com cerca de 150 variáveis, analisadas em SPSS (Statistical Package for Social Sciences) e EXCEL. Concomitantemente à formação e análise dos dados de fontes primárias, constituiu-se um dossiê de fontes secundárias (IBAMA, IBGE, SEAP, FAO, etc) que foi fundamental à compreensão e confronto com os resultados obtidos.

4. O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA

Até a metade do século XIX, os pescadores “nativos” da região do estuário da Lagoa dos Patos caracterizavam-se pela posse dos meios de produção, o controle de todas as etapas de produção e, sobretudo, pela produção destinada fundamentalmente ao atendimento das necessidades básicas da família, comercializando somente o excedente.

Com a vinda dos pescadores portugueses originários da Póvoa do Varzim, houve a introdução de novas técnicas produtivas, trazendo consigo as primeiras mudanças significativas nos processos de produção. Nesse sentido, a economia local seguiu os mesmos rumos apontados por Woortmann em seu estudo sobre comunidades pesqueiras no nordeste brasileiro. Em efeito,

Se antes o peixe vendido era o que excedia às necessidades do consumo familiar, que tinha preeminência no cálculo, agora o consumo familiar é o que sobrou, o que não foi vendido, pois a venda ganhou o lugar de preeminência. De “economia de excedente”, à maneira camponesa, passou-se a um consumo de sobras. (WOORTMANN, 1992)

Com a integração dos recém chegados aos pescadores “nativos”, estes acabaram, em grande parte, passando ao longo do tempo, à condição de proeiros. Os pescadores locais, devido às suas precárias condições de produção, passaram a dedicar-se quase que exclusivamente à captura. Essa forma se intensificou ainda mais nas primeiras décadas do século XX, com o crescimento da instalação de indústrias de salga¹² na região. Para Altmayer, *apud* Souza 2004, o desenvolvimento do parque industrial pesqueiro ajudou ainda mais na concentração da atividade do pescador

¹² Além de local de desembarque, salga e beneficiamento do pescado, constitui-se, muitas vezes, em local de venda.

artesanal na captura, dando conformidade ao modelo de pesca que hoje se observa no estuário da Lagoa dos Patos¹³.

Por volta de 1940, ao mesmo tempo em que as parelhas¹⁴ portuguesas começam a se desestruturar, observa-se a chegada de pescadores catarinenses para o estuário da Lagoa dos Patos. Estes novos pescadores trouxeram consigo mudanças significativas para a região, como a introdução de embarcações maiores, uso de motor no lugar da vara, do remo ou da vela, redes de espera de maior tamanho, diminuição do tamanho das malhas, entre outros. É nesta mesma fase que se consolida a figura do intermediário-atravesador (FIGUEIRA, 2000).

Somente na segunda metade do século XX o Estado começa a intervir de forma ordenada no setor com políticas públicas. Em 1962, foi criada a SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) pela lei delegada nº 10, de 11 de outubro, cujas atividades eram mais de cunho normativo que financiador. O Código da Pesca, objeto do Decreto-lei nº 221 de 1967, dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca, objetivando, entre outras coisas, criar um setor pesqueiro moderno e dinâmico a partir de benefícios fiscais. A concentração destes benefícios para o setor empresarial acentuou o processo de diferenciação que estava em curso no setor, colocando em situação ainda mais dramática a pesca artesanal, que passa, definitivamente, à condição de fornecedora de mão-de-obra e de mercadoria de baixo custo para a pesca empresarial-capitalista.

Em 1989, surge o IBAMA pela lei nº 7.735 de 22 de fevereiro, com o objetivo de solucionar os problemas ambientais que a expansão da atividade trouxe consigo. O Estado passa a definir políticas com base no “desenvolvimento sustentável”, incorporando uma série de restrições que afetam diretamente os pescadores artesanais: maior rigor quanto ao período de *defeso*¹⁵, limite mínimo de comprimento e peso dos peixes, restrições sobre aparelhos de pesca, etc. O que cabe destacar é que a fiscalização concentra sua atuação próxima à costa, onde ocorre o trabalho dos pescadores artesanais, já que a fiscalização em oceano gera um custo maior, o que, mais uma vez, acabou sempre por beneficiar a pesca de grande porte, principal responsável pelos desequilíbrios ambientais gerados.

Até o final da década de 1980 as comunidades pesqueiras estavam representadas em nível federal pela Confederação Nacional dos Pescadores; em nível estadual, pela Federação Estadual dos

¹³ O autor refere-se somente a atual especialização do trabalho comparado ao passado onde a atividade do pescador compreendia todo processo produtivo.

¹⁴ Também aqui utilizamos o conceito elaborado por FIGUEIRA (2000): “parelha é tudo que pertence ao proprietário da embarcação: o galpão de pesca, o barco e as redes. O dono da parelha é chamado patrão de pesca.”

¹⁵ Período protegido pela norma em vigor para a reprodução de peixes. (ALERGS, 2001)

Pescadores; e finalmente, em nível municipal, pelas Colônias de Pesca. Estas tiveram início em todo país no início do século XX por estratégia da Marinha do Brasil em nacionalizar as comunidades pesqueiras e usá-las como pontos estratégicos na defesa do litoral brasileiro. Foi a partir disto que se estruturou a grande maioria das colônias de pescadores em todo Brasil, com base nos seguintes pressupostos: a) as populações pesqueiras e seus botes como instrumentos de defesa do país; b) a organização da cadeia produtiva e da indústria para manter este contingente populacional e; c) a preocupação com a predação dos recursos marítimos. (MALDONADO, 1968)

Em 1988, através da promulgação da Constituição Brasileira, foi anunciada a organização das colônias de pescadores sob a forma de sindicatos de livre associação, conforme art. 8º da carta constitucional. O processo de formação das colônias de pescadores artesanais na região da Lagoa dos Patos, localizadas nos municípios de: Rio Grande, Pelotas, São José do Norte, e São Lourenço do Sul, em termos gerais, seguem o modelo descrito acima. Porém, cada uma possui sua história própria de desenvolvimento e atuação durante este período.

A Colônia Z-3¹⁶ está localizada a 20 Km da sede da cidade de Pelotas, à margem oeste da Lagoa dos Patos, surgindo, como tal, no ano de 1923. Em 1990 deu-se a organização dos pescadores sob a forma de sindicato de livre associação. Segundo o Censo Demográfico (2000), a população total é formada por 3.221 habitantes, sendo 2.291 residentes na área urbana e 930 na área rural.

Segundo a mesma fonte, a população caracteriza-se por possuir baixo nível de alfabetização¹⁷, existindo uma alta concentração de renda. A renda média *per capita* é de R\$ 79,38 e renda média familiar R\$ 257,98/mês. Em 69,9 % dos casos, a família recebe até dois salários mínimos por mês e 5,1% dos casos não percebem rendimentos estáveis (ITEPA, 2002)¹⁸.

¹⁶ Também denominada Colônia São Pedro pelo IBGE.

¹⁷ Segundo ITEPA (2002), 22,6% das pessoas entrevistadas, não possuem nenhum grau de instrução, 23,8% possuem no máximo 3 anos de estudo e, 43,2 % possuem entre 4 e 5 anos de escolaridade. Os índices repetem-se quando a análise restringe-se aos chefes de domicílios, onde 46,4% possuem de zero a 3 anos de estudo.

¹⁸ Estes dados referem-se ao total de pessoas residentes na Colônia. Nosso foco recai somente aos pescadores artesanais residentes da área “urbana” conforme descrito na metodologia adotada.

5. IMPORTÂNCIA E FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DA PLURIATIVIDADE ENTRE OS PESCADORES ARTESANAIS

Analisar a complexidade de razões e situações que levam os pescadores à busca ao recurso da pluriatividade é desafio a que nos propomos neste estudo. Procuramos aqui apresentar resultados preliminares que, no limite, possam contribuir para o entendimento deste processo, que abarca questões como a estrutura de oportunidades, as características do mercado de trabalho local, aspectos culturais, organização social, etc.

Não se trata aqui de simplesmente mostrar a importância e a intensidade do exercício da pluriatividade pelas famílias de pescadores, mas da busca por identificar o modo como se expressa este fenômeno em relação a uma dinâmica específica de desenvolvimento local. É necessário ressaltar a importância que assume o setor pesqueiro artesanal e as vicissitudes com que se deparam as famílias em seu cotidiano. Parte desse quadro exprime a inserção dependente em um mercado controlado por “atravessadores”, num contexto onde são recorrentes frustrações de pesca devido ao desequilíbrio ecológico, que, em consequência, acabam determinando alterações profundas nas formas de organização da colônia Z 3, cuja economia é fortemente tributária desta atividade.

Dentre as famílias entrevistadas, 41,4% foram classificadas como “exclusivamente pesqueiras”, 14,29% como “pluriativas de base pesqueira” e, 44,28% como sendo “pluriativas não-pesqueiras”, também denominadas, pluriativas típicas.

As Tabelas 1 e 2 indicam a disponibilidade de mão-de-obra familiar e a composição das famílias. Indica-nos que a condição de pluriatividade se expressa independentemente da quantidade de membros que compõem a família. Desta maneira, encontram-se pluriativos em estabelecimentos compostos somente pelo casal, como também em famílias maiores, com até 14 componentes, como no caso da pluriatividade de base pesqueira.

Tabela 01 – Distribuição dos estabelecimentos segundo o número e tipo de estabelecimento.

Tipo de estabelecimento	Nº de residentes				
	Nº Estab.	Até 2	3 a 4	5 a 8	9 a 14
Exclusivamente pesqueiro	29	6	15	7	1
Pluriativo de base pesqueira	10	1	5	2	2
Pluriativo não pesqueiro	31	4	17	10	0
Total	70	11	37	19	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Os dados relativos a Unidades Trabalho-Homem (UTH) apresentados na Tabela 2 fornecem uma noção mais confiável da força de trabalho existente. Os resultados não permitem afirmar que o exercício de múltiplas atividades seja de fato em virtude do excesso de mão-de-obra, ainda que a Tabela 2 indique uma média de UTH maior nos estabelecimentos pluriativos se comparados com os que são exclusivamente pesqueiros.

Tabela 02 – Unidades Trabalho Homem (UTH) familiar total.

Tipo de estabelecimento	UTH			
	Nº.	Mínimo	Máximo	Média
Exclusivamente pesqueiro	29	1	5,95	2,86
Pluriativo de base pesqueira	10	2	6,8	3,4
Pluriativo não pesqueiro	31	1	5,2	2,97

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

A Tabela 3 apresenta a composição da renda das famílias. Antes de analisar os dados convém esclarecer que as fontes de renda são assim discriminadas:

Renda da pesca: obtida a partir do somatório de receitas obtidas pela captura do pescado e autoconsumo familiar de pescado, tendo sido descontados os custos com óleo diesel e aquisição/produção de gelo.

Renda de atividades do Sistema Agroindustrial (SAG) do Pescado: refere-se à renda proveniente do trabalho exercido no processo de beneficiamento do pescado, seja pelo recebimento de salários ou na venda direta ao consumidor.

Renda de atividades externas à pesca: constitui-se do ingresso de renda daqueles que consideramos os pluriativos típicos, ou seja, por meio de fontes que guardem vínculos diretos com a atividade de pesca.

Renda de Aposentadorias: Compreende o somatório dos benefícios provindos de aposentadorias dos componentes da família;

Renda de Pensões: Compreende o somatório das pensões recebidas, independentemente do gênero;

Renda do Seguro Desemprego: Obtida por praticamente todos os pescadores durante o período de defeso (4 meses) em que a pesca é proibida. É repassada para cada pescador que solicitar o benefício, sendo equivalente a um (01) salário mínimo.

Tabela 3 – Renda da pesca e outros tipos de renda e média da renda segundo o tipo de família*.

Tipo de Renda	Tipo de família					
	Exclusivamente pesqueira		Pluriativa de base pesqueira		Pluriativa não pesqueira	
	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$
Renda da Pesca	29	3.280,67	10	5.187,67	31	2.802,60
Renda de atividades no SAG	0	0,00	10	1.266,67	8	373,41
Renda de atividades externas	0	0,00	0	0,00	31	3.640,30
Renda de aposentadorias	9	1.030,80	3	1.320,00	4	231,83
Renda de Pensões	4	257,93	3	568,00	2	48,89
Renda do seguro desemprego	19	833,10	9	906,67	25	822,37

* Para o cálculo das médias de renda, foram excluídos os valores limites, ao nível de 5%.

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Percebe-se a diferença significativa entre famílias pluriativas de base pesqueira e as demais no que se refere à renda da pesca. O fato de estas apresentarem uma renda relativa à atividade pesqueira maior que o dobro das outras classes lhes permite obter uma renda total, demonstrada na Tabela 4, igualmente superior. Entretanto, a diferença cai acentuadamente em relação às pluriativas não-pesqueiras, sobretudo em virtude do montante que estes obtêm com rendas de atividades desvinculadas do setor pesqueiro (rendas externas), configurando-se a maior parcela na composição da renda total. De outro lado, as exclusivamente pesqueiras, apesar de possuírem renda da pesca relativamente semelhante a das pluriativas não-pesqueiras, não alcançam uma renda total no mesmo patamar em virtude da impossibilidade de obtenção de rendas extras de outras fontes.

Algumas considerações podem ser feitas à luz destes dados. Em primeiro plano, é possível detectar a transcendência que assume o exercício de múltiplas atividades no que diz respeito à composição da renda familiar. É óbvio que isto deve ser relativizado levando-se em conta os reiterados fracassos na pesca, frutos de ciclos ecológicos desfavoráveis. À primeira vista poder-se-ia atribuir este fato a circunstâncias específicas, como no caso das frustrações com a captura do camarão, reduzindo-se a incidência desse fenômeno em anos onde houvesse melhores condições para a atividade pesqueira no estuário da Lagoa dos Patos. Todavia, nos depoimentos colhidos transparece uma realidade em que o exercício destas atividades (pintores, vendedores, ambulantes,

pedreiros e outras formas de biscate) está visceralmente arraigado ao imaginário destes trabalhadores e ao seu cotidiano.

Outra consideração relevante, diz respeito às rendas provenientes de aposentadorias e pensões. É inquestionável a transcendência destas fontes de ingresso econômico para as famílias, sobretudo em relação às exclusivamente pesqueiras e às pluriativas de base pesqueira, reduzindo sua incidência na composição da renda total das pluriativas não-pesqueiras. É admissível que o não recebimento destes benefícios empurre-os ao exercício destas atividades alheias à pesca.

Chamamos atenção no que se refere a estas duas fontes de renda (aposentadorias e pensões). Existe uma vertente de pesquisadores que, analisando a dinâmica da agricultura familiar brasileira, indicam que tais recursos estão servindo como uma espécie de seguro agrícola ao financiar indiretamente as atividades agrícolas¹⁹. No nosso caso não detectamos este fato de forma tão expressiva. Tão somente 18% dos entrevistados que recebiam este tipo de benefício admitiram que a renda obtida estaria de alguma forma sendo utilizada na pesca, seja no custeio ou na aquisição de instrumentos e embarcações. É possível que isso se deva ao fato da pesca utilizar meios de trabalho e recursos produtivos de menor envergadura, aliado ao fato de que muitas das saídas para captura serem “financiadas” pelos salgueiros, ou seja, não necessitando que haja a necessidade de capital de giro próprio para custear as ações, permitindo com que os recursos sejam direcionados para as necessidades de consumo da família.

A Tabela 4 fornece os valores referentes à renda total média das famílias²⁰. Chamamos atenção para o fato das pluriativas de base pesqueira serem as famílias que apresentam a maior renda total média (R\$ 8.926,33), seguidas das pluriativas não-pesqueiras (R\$ 8.035,08). As famílias exclusivamente pesqueiras são as que apresentam a renda total média mais baixa dentre os subtipos aqui enfocados (R\$ 5.165,38). As primeiras são as que apresentam um maior nível de profissionalização das atividades, possuindo, em termos médios, melhores equipamentos para o exercício das atividades, não apenas na captura, mas na agregação de valor aos produtos, a exemplo da salga e limpeza do pescado.

Análises de regressão linear simples (SPSS) identificaram o grau de contribuição das diversas fontes de renda para a composição da renda total sem a distinção entre pluriativos e exclusivamente pesqueiros. Os resultados demonstram que a renda da pesca é responsável por

¹⁹ Ver a propósito Delgado e Cardoso Jr. (1999), Caldas (2004).

²⁰ Para calcularmos os valores da renda total da família, foram contabilizadas todas as fontes de renda, deduzindo-se os gastos com energia elétrica e gás.

32,7% da composição da renda total, a renda de atividades externas por 23,7%, e a renda do SAG por 13,9%, seguidas da renda de aposentadorias (11,8%), de pensões (10,8%) e, finalmente do seguro desemprego (8,0%). O fato da pesca compor a maior parte da renda total, isoladamente não chega à metade do montante, em que pese a relevância das demais fontes de renda, especialmente das oriundas de atividades externas na composição da renda total das famílias.

Tabela 04 – Renda anual total (R\$) segundo o tipo de família

Tipo de família	Renda total em R\$				
	Nº.	Média*	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Exclusivamente pesqueira	29	5.165,38	964,00	19.161,00	3.807,66
Pluriativa de base pesqueira	10	8.926,33	2.767,00	18.197,00	6.262,56
Pluriativa não-pesqueira	31	8.035,08	1.862,00	20.289,00	5.162,98

* Para o cálculo das médias de renda, foram excluídos os valores limites, ao nível de 5%.

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

A Tabela 5 indica o tipo de atividades exercidas pelos pescadores que classificamos como pluriativos. No caso dos pluriativos de base pesqueira, identifica-se a importância que assumem as atividades de beneficiamento do pescado, executado nas salgas não-familiares (42 % dos casos) e familiares (21% dos casos), além da comercialização do pescado nas feiras livres, sendo esta outra importante forma encontrada para agregar valor aos produtos. Tomando como base para a análise o número de dias de trabalho acumulados por todos os indivíduos que trabalham no setor, vemos que há uma pequena alteração nas porcentagens relativas ao trabalho nas salgas, caindo acentuadamente a participação da feira livre, o que se justifica por esta ser realizada somente dois dias por semana.

No segundo caso, os pluriativos não pesqueiros caracterizam-se, sobretudo, pela realização de atividades vinculadas a serviços pessoais e serviço público (32% dos casos, 2.753 dias acumulados de trabalho e, 16% dos casos, 2.100 dias, respectivamente), bem como o peso da construção civil e comércio. Também é relevante considerar que o emprego industrial apresenta pouca relevância, reflexo da escassez de oportunidades locais ou de outras causas que não foram sequer aqui comentadas, como o baixo nível de escolaridade das pessoas.

A Tabela 6 indica a percepção das pessoas entrevistadas em relação ao futuro, quando perguntadas sobre o que fariam caso a crise na pesca se acentuasse ainda mais e, por conseguinte, houvesse um decréscimo de renda, afetando sobremaneira as condições de sobrevivência da família.

Alguns trabalhos têm identificado uma forte aversão a mudanças por parte dos pescadores (WOORTMANN, 1992). Os dados aqui reunidos convergem, de certo modo, com estas teses,

sobretudo se temos em mente o caso das famílias exclusivamente pesqueiras. Entretanto julgamos mais adequado, neste caso, considerar que o critério de decisão adotado está muito mais vinculado à estrutura de oportunidades e o mercado de trabalho do que a outros motivos atinentes ao mundo da pesca. Neste sentido, o fato da opção “esperar a crise passar” ter uma aceitação grande pelos pluriativos de base pesqueira, deve ter correlação com a situação econômica destes, ou seja, maior renda da pesca comparativamente aos demais e fontes de receita que provém do Sistema Agroindustrial do Pescado, dependente diretamente da dinâmica da pesca.

Tabela 05 – Tipo de atividade profissional de pescadores pluriativos.

Tipo de estabelecimento	Dias acumulados		Casos	
		%		%
Pluriativo de base pesqueira				
Salga não familiar	1328	40	12	42
Salga familiar	1220	36	6	21
Feira livre	135	4	7	24
Indústria	450	13	2	7
Comercialização do pescado	200	6	1	3
Fabricação de Redes	10	1	1	3
Total	3343	100	29	100
Pluriativo não pesqueiro				
Serviços pessoais	2753	30	14	32
Serviço público	2100	22	7	16
Comércio	1375	15	5	11
Construção Civil	538	6	5	11
Comércio próprio	600	6	2	4
Serviços auxiliares	400	4	2	4
Indústria	300	3	1	2
Artesanato	300	3	1	2
Transporte	160	2	1	2
Outros	810	9	7	16
Total	9336	100	44	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Tabela 06 – Percepção dos entrevistados em relação à posição da família em situação onde se agrave a crise no setor pesqueiro artesanal.

Opinião	Tipo de estabelecimento		
	Exclusivamente pesqueiro (%)	Pluriativo de base pesqueira (%)	Pluriativo não pesqueiro (%)
Esperar a crise passar	58,6	80,0	32,3
Deixar a pesca e continuar na colônia	13,8	10,0	12,9
Ir para a cidade - buscar outra alternativa	13,8	10,0	29,0
Se assalariar em qualquer atividade	13,8	0	22,6
Não opinou	0	0	3,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

De outro lado, somente 32,3% dos pluriativos típicos consideram esta opção como prioritária. Apesar de ainda ser aquela que apresentou maior aceitação é em proporção muito menor do que nos outros tipos de estabelecimentos, o que está intimamente vinculado ao fato destes possuírem menor dependência econômica da pesca e maior integração a outras atividades na divisão social do trabalho. Nesse sentido, comprovar-se-ia a alta expressão da procura por outras alternativas, seja no assalariamento, independentemente do setor e local (22,6 %), na transferência para a cidade atrás de trabalho em outro setor (29,0%), ou ainda, na busca de outras alternativas de sobrevivência na própria colônia (12,9%).

Nos dados da Tabela 7 vemos igualmente refletido o imaginário dos pescadores sobre suas condições de existência em relação à atividade que desempenham. Tais informações são condizentes com o que até aqui vem sendo evidenciado, qual seja, o entendimento de que as condições sociais refletem uma opinião mais favorável ou desfavorável em relação ao futuro.

Tabela 7 – Distribuição dos entrevistados em relação às perspectivas da família na pesca.

Opinião	Tipo de família		
	Exclusivamente pesqueira (%)	Pluriativa de base pesqueira (%)	Pluriativa não pesqueiro (%)
Positiva	31,0	50,0	22,6
Negativa	62,1	40,0	71,0
Não sabe/não respondeu	6,9	10,0	6,5
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

A avaliação negativa aparece bastante mais evidenciada nas famílias pluriativas não-pesqueiras, possivelmente em função de que estas, em termos médios, apresentam-se historicamente imersas num mar de vicissitudes e incertezas se comparadas com os demais tipos de famílias. No extremo oposto a posição mais favorável acontece justamente entre as famílias pluriativas de base pesqueira, coincidindo com o que até aqui vimos comentando sobre o fato de que este subtipo revela-se como o que abriga em seu interior famílias que contam com melhores condições de trabalho e renda e uma tendência a uma maior profissionalização dos indivíduos.

Resultados semelhantes aos apresentados nas Tabelas 6 e 7 estão contidos nos dados que evidenciam a presença de membros na família que gostariam de sair da colônia de pescadores, transferindo seu local de moradia para a cidade (Tabela 8). Os resultados são muito semelhantes quando compreendemos a complexidade que envolve o processo decisório nas diferentes categorias com as quais se trabalha. Entre as famílias pluriativas de base pesqueira não houve quem respondesse que pretendia abandonar a colônia. No extremo oposto, nada menos que em 35,5% das famílias pluriativas de base não-pesqueira esta posição foi assumida pelos entrevistados.

Tabela 8 – Distribuição dos entrevistados segundo a vontade de algum membro da família em se transferir para a cidade.

Opinião	Tipo de família		
	Exclusivamente pesqueira (%)	Pluriativa de base pesqueira (%)	Pluriativa não pesqueira (%)
Sim	13,8	0,0	35,5
Não	82,8	100	64,5
Não opinou	3,4	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

A Tabela 9, por outra parte, reúne a opinião dos entrevistados quanto a sua auto-identificação profissional. Nossa preocupação esteve orientada ao entendimento das alusões feitas, tanto na perspectiva acadêmica quanto por parte de órgãos públicos – como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário pela implementação do PRONAF-Pesca, (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ao enquadrar os pescadores artesanais enquanto subcategoria dos agricultores familiares. Os dados mostram que apenas 22,9% consideram-se como agricultores. Durante a aplicação dos questionários, muitos insistiam veementemente na sua identidade de pescador, onde, não raro, escutou-se frases do tipo: “*Não. Nós somos pescadores!*”.

Entre estes vemos que apenas 20% descendem de agricultores. Ainda assim, vemos que 75,9% consideram o trabalho na pesca semelhante ao que é desenvolvido na agricultura. Outro aspecto interessante nos é indicado quando nada menos que 78,6% acham que a colônia Z3 corresponde a um ambiente rural. A pesca artesanal, para 57,1% dos entrevistados, é uma atividade agrícola.

Tabela 09 – Percepção dos entrevistados, relativa à comparação entre a atividade pesqueira e a colônia Z3 com a agricultura e o ambiente rural.

Pergunta	Resposta (%)		
	Sim	Não	Não opinou
a) Considera-se um agricultor?	22,9	75,7	1,4
b) Tem alguma descendência de família de agricultores?	20,0	78,6	1,4
c) Considera o trabalho na pesca semelhante ao desenvolvido na agricultura?	75,9	22,7	1,4
d) Considera a colônia de pescadores Z 3 um ambiente rural?	78,6	17,1	4,3
e) Considera a pesca artesanal é uma atividade agrícola?	57,1	38,6	4,3

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

Haverá dificuldades em compreender estes dados se não tomarmos posse de aspectos qualitativos que explicam estas respostas. A compreensão da semelhança entre os trabalhos na pesca e agrícolas esteve vinculada, sobretudo, a três aspectos, que segundo os pescadores são enfrentados por ambos: a dependência aos fatores climáticos e ecológicos, a sazonalidade da produção e, fundamentalmente, a condição de sofrimento no desenvolvimento das tarefas que aparece associada à situação de exploração do trabalho em virtude de sua baixa remuneração.

No que diz respeito à consideração da colônia como um ambiente rural, será necessário um estudo mais aprofundado sobre o tema. Em que pese o local apresentar características de urbanização (loteamento, eletrificação, água encanada, etc...) e, inclusive, ser delimitado como área urbana pelo censo do IBGE, há uma série de fatores que a vinculam com o meio rural, sobretudo, em termos dos hábitos de convivência, sociabilidade e participação social. Além disto, existe outro empecilho que nos furta qualquer conclusão: durante o momento de aplicação dos questionários tramitava no poder público municipal a possibilidade de inclusão da colônia na área urbana municipal, assim definida no Plano Diretor da cidade de Pelotas. O fato se deve à possibilidade de redução das passagens rodoviárias à metade do valor cobrado à época de aplicação dos questionários. Entretanto, esta vantagem poderia acabar em prejuízos de outro lado, na medida em que alteraria taxas de IPTU, saneamento e iluminação pública. Desta forma, grande parte da

população se mostrava receosa em meio à possibilidade da colônia deixar de ser caracterizada como ambiente rural.

De forma geral os pescadores artesanais possuem uma identidade social semelhante, expressa parcialmente neste artigo na sua contraposição à categorização que tenta enquadrá-los enquanto agricultores familiares. Provavelmente a diversidade de situações que cercam a divisão social do trabalho, e a conseqüente diferenciação entre exclusivamente pesqueiros, pluriativos de base pesqueira e pluriativos não pesqueiros, pode repercutir em pequenas variantes desta identidade sem, pelo menos neste estágio de seu desenvolvimento histórico, apresentar traços contrastantes. É necessário considerar ainda que as colônias de pescadores são formadas, com relativa freqüência, por pescadores-lavradores que ocupam o interior do território. No nosso caso este traço não se revelou importante.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São poucos os trabalhos comprometidos com o estudo das comunidades pesqueiras, se comparados com o ingente volume de investigações sobre a agricultura familiar. A última década coincide com alguns avanços importantes no sentido da inclusão dos pescadores artesanais enquanto beneficiários de mecanismos de fomento, a exemplo do PRONAF e de outras políticas públicas, como o RS Rural no caso do Rio Grande do Sul. O fato é que se trata de um importante setor do ponto de vista econômico, social e cultural, a despeito do escasso número de investigações que examinem suas particularidades organizativas e a estrutura de oportunidades com que as famílias se deparam no interior destas colônias.

O trabalho aqui apresentado se insere justamente nesse esforço. Estudar os pescadores artesanais da colônia Z3 revelou inúmeros aspectos que, diante do limitado espaço que aqui dispomos, não foi possível aludir. Nosso foco esteve dirigido na busca de entender não apenas a incidência do que vem sendo chamado de pluriatividade, mas na natureza deste fenômeno, em boa medida identificado com as grandes transformações de uma sociedade em que a desdiferenciação profissional parece ser a tônica dos processos que afetam o mundo do trabalho e da ocupação das pessoas.

Nossos dados permitem supor que a pluriatividade na pesca artesanal vem servindo como importante estratégia de reprodução social das famílias. As formas que esse fenômeno assume são variadas e refletem as dinâmicas de desenvolvimento local e a estrutura de oportunidades com que

contam estas pessoas para assegurarem condições mínimas de sobrevivência, quadro este agravado pela baixa escolaridade e nível de profissionalização das atividades. Torna-se fundamental analisar os traços que identificam a pesca artesanal e os vínculos com a forma social correspondente à agricultura familiar, de modo a aperfeiçoar as políticas públicas e expandir seu foco de atuação em termos deste coletivo de trabalhadores.

8. REFERÊNCIAS

ABDALLAH, P.R.; BACHA, C.J.C., “Análise Benefício/Custo da Política Brasileira de Incentivo Fiscal à Pesca”, in: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 37, n° 3, jul/set 1999

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, in: IPEA *Textos para discussão* n° 702, Brasília: IPEA, 2000.

ABRAMOWAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, São Paulo, Hucitec, 1992

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

CALDAS, N. V. *Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o impacto da previdência social em Salvador das Missões, RS*. ISP/UFPel, Pelotas, 2004. 69 p. (Monografia)

CARNEIRO, M.J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: IAPAR: *Ocupações rurais não-agrícolas*, Londrina: IAPAR, 2000, p. 153-173.

DELGADO, G.C. e CARDOSO JR, J.C. O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência recente da Universalização. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

DIEGUES, A C., *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, São Paulo, Hucitec, 2 ed., 1998.

FIGUEIRA, L. D., *Pesca Predatória: a Gênese Social de um problema Legítimo*, monografia apresentada à Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, UFPEL, 2000.

FURG – Fundação Universidade Federal de Rio Grande, Pólo de Modernização Tecnológica Litoral Sul, FURG, Rio Grande, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O Emprego Rural e a Mercantilização do Espaço Agrário. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v.11, n.2, abr-jun, p.50-64. 136 p. 1997.

MALDONADO, S. C., *Pescadores do Mar*, São Paulo, Ática, 1986.

MARTIN, R. V.; MARTINS, R. S., “Levantamento da Cadeia Produtiva do Pescado do Reservatório de Itaipu”, in: *Teoria e Evidência Econômica*, p 25 – 53, Passo Fundo, UPF, novembro, 1999

SACCO DOS ANJOS, F. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas: UFPEL/ Editora Universitária, 1995.

SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas, in: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 17, Rio de Janeiro, 2001, p.54-80.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: *Estudos sociedade e Agricultura*. Nº 16, abril, p.165-184, 2001.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. Unversidade/UFRGS, 2003.

SOUZA, M A A. Desenvolvimento Sustentável para a atividade pesqueira artesanal na região do estuário da Lagoa dos Patos no rio Grande do Sul, in: *anais do II Encontro de Economia Gaúcha*, Porto Alegre, FEE, 2044.

UCPEL – ITEPA, *Informe Socioeconômico nº 7: Estrutura Socioeconômica da Atividade Pesqueira do Município de Pelotas*, Pelotas, UCPEL, julho, 2002.

WOORTMANN, E. F., “Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades “Pesqueiras do Nordeste” , in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 18, ano 7, 1992